



Estado neoliberal e globalização: dominação e dependência periférica

Neoliberal State and globalization: domination and peripheral dependence

Caio de Mello Villatore¹

¹ Faculdade de Ciências Aplicadas, UNICAMP, cmvillatore@gmail.com, R. Pedro Zaccaria, 1300, Limeira, SP, 13.484-350.

Recebido em 04 de dezembro, 2014/ Aceito em 18 de junho, 2015

RESUMO

Por meio de definições da atuação do Estado neoliberal e do processo de globalização, pretende-se entender como estes dois fatores contribuem mutuamente para um processo de dependência econômica e dominação dos países centrais ante os periféricos. Em um primeiro momento é relatado o funcionamento do Estado, a fim de revelar como este influencia em uma dominação social, que pretende ajudar na expansão e acumulação do capital. Em um segundo momento a globalização é analisada e mostra-se como essa coordena a criação da dependência periférica. Ao final são feitos comentários englobando os dois temas.

Palavras-chave: Estado neoliberal, globalização, dependência.

ABSTRACT

Through definitions of the performance of the neoliberal state and the globalization process, this paper intends to understand how these two factors mutually contribute to a process of economic dependence and domination exerted by central countries before the peripherals. In a first moment the State operation is reported, to reveal how it influences in a social domination, which intends to help the expansion and accumulation of capital. In a second moment the globalization is analyzed and shown how it coordinates the creation of peripheral dependence. At last, some comments encompassing the two themes are made.

Keywords: Neoliberal State, globalization, dependence

1. Introdução

O presente artigo tenta mostrar como o Estado neoliberal e a globalização, juntos, tendem a hegemonizar e dominar a economia causando uma grande dependência dos países periféricos ante os centrais.

O objetivo é mostrar como se articula Estado, política e território no processo histórico que caracterizou o neoliberalismo dos anos 90 no Brasil. O estudo é feito a partir de uma abordagem descritiva da literatura sobre o assunto.

Primeiramente é feita uma abordagem acerca do Estado e como este se apresenta como ente político da dominação de classes. Tenta-se mostrar como a dominação das elites é extremamente baseada no poder que o estado tem para manter a configuração de classes previamente estabelecida.

Dentro desse âmbito, é mostrado como o neoliberalismo abre as portas para o mercado estrangeiro, deixando a atuação do Estado na economia mais restrita.

Após isso, a globalização é conceituada, levando em conta seu aspecto de indutor de dependência externa dos países periféricos. É notado que o processo de globalização induz ao endividamento e a subordinação desses países aos países centrais, o que causa um possível impedimento do desenvolvimento econômico dos países não centrais.

Ao final será feita uma avaliação conjunta dos aspectos que fazem com que o neoliberalismo e a globalização causem uma maior dependência dos países periféricos, por conta da dominação das elites configurada na figura do Estado e do processo de globalização desigual que ocorre nas diversas partes do mundo. Assim, mostra-se como o Estado neoliberal, junto com sua política de abertura econômica, desnivela as trocas econômicas entre os países na globalização, tendo um grande papel na dependência dos países menos desenvolvidos.

2. Estado Neoliberal

O Estado é o “componente especificamente político da dominação numa sociedade” (O’DONNELL, 1981, p.2), esta dominação, segundo O’Donnell, se dá por meio da desigualdade em relação a alguns recursos: coerção física, recursos econômicos, recursos de informação e controle ideológico, sendo este último responsável pelo consentimento do dominado pela dominação.

Sendo o contrato de trabalho a instituição de base da sociedade moderna, este permite articular, junto à presença do Estado, um processo de dominação que se estende com diferentes registros a todas as classes e setores e cuja lógica garante sua própria continuidade.

No sistema capitalista o poder de coerção pelas classes dominantes faz parte da relação de dominação, porém esta se dá por meio das instituições estatais que aplicam a coerção, principalmente econômica, quando há algum empecilho na manutenção das relações sociais. Também é papel destas garantir a igualdade nas relações de troca entre trabalhador e capitalista. Segundo O’Donnell:

[...] o Estado não apoia diretamente o capitalista (nem como sujeito concreto nem como classe) mas à relação social que o faz capitalista. Outra implicação é que o Estado é primariamente coercitivo, no sentido de que não apenas a coerção física é a *ultima ratio* daquela fiança, mas também de que a separação entre o capitalista e os meios de coação é a origem do Estado capitalista e de suas instituições. (O’DONNELL, 1981, p.08)

Este Estado garante a posição das duas classes sociais, até podendo ajudar a classe trabalhadora, mas somente para garantir a posição desta nas relações sociais (O’DONNELL, 1981).

Tendo um olhar mais concreto nas reformas estatais ocorridas na maioria dos países latino-americanos (inclusive o Brasil), com a chegada da doutrina neoliberal, vemos que esta foi caracterizada pela menor intervenção direta deste na economia e uma submissão desses países aos interesses provindos dos países ricos.

A prescrição neoliberal seguiria o seguinte modelo, segundo Przeworski:

A tecnologia neoliberal institucional para limitar o Estado inclui (i) reduzir o tamanho da administração pública; (ii) reduzir o tamanho do setor público; (iii) isolar o Estado das pressões privadas; (iv) contar com regras mais do que com decisões discricionárias; e (v) delegar decisões sujeitas a inconsistências dinâmicas para organismos independentes que não tenham incentivo algum para submeter-se a pressões políticas. A administração pública deveria ser reduzida porque o Estado é ‘majestático’ e a produtividade do serviço público é presumivelmente menor do que a do setor privado. (PRZEWORSKI, 1996, p.118)

Para o neoliberal qualquer participação do Estado na economia é vista como intrusão indevida (MORAES, 2002). Este modelo econômico preza pela soberania do mercado, pois “nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça” (MORAES, 2002, p.15).

Sendo o Estado o responsável pela afirmação e reprodução do capitalismo, as reformas nele simplesmente são adaptações para a continuidade do seu papel. No caso latino americano a aceitação

e manutenção do Estado neoliberal reproduz a dominação exercida pelos países centrais aos países periféricos.

Essa tendência dos países centrais, como os Estados Unidos, a proteger os interesses financeiros e assistir à ação destes de sugar mais-valia de outros lugares tanto promove como reflete a consolidação do poder de classe alta em seu âmbito com base em processos de financialização. Mas o hábito de intervir no mercado e resgatar instituições financeiras quando estas passam por problemas não pode ser compatibilizado com a teoria neoliberal. Investimentos feitos sem cautela deveriam ser punidos com perdas ao emprestador, mas o Estado torna os emprestadores largamente imunes a perdas, devendo tomadores pagar em seu lugar, seja qual for o custo social decorrente. (HARVEY, 2008, p.84)

Para Harvey (2005), como os indivíduos da sociedade não conseguem levar em conta o interesse comum, cabe ao Estado prover este. Um dos papéis mais importantes do Estado seria o investimento em infraestrutura e bens públicos, pois nunca poderiam provir do capitalista por conta da falta de lucro engendrada em tais atividades, outros setores de atuação do Estado seriam no controle da competição, das margens de lucro e da proteção ao trabalhador. Fica claro, assim, que o papel do Estado é essencial para expressar os interesses coletivos e não individuais.

Ozslack (1997) aponta que seria função do Estado pormenorizar as questões sociais, como distribuição de renda e oportunidades de trabalho iguais para todos, o que se traduziu na formação de instituições e programas que regulariam tais questões. Dando forma ao chamado Estado de Bem-Estar. Além disso, esse Estado seria responsável pela promoção do seu desenvolvimento com investimentos em tecnologia, infraestrutura, regulação dos mercados, etc. Porém estes papeis tem sido relegados ao setor privado ou ao que Ozslack denomina Estados Subnacionais (estados, províncias), causando um grande enfraquecimento do Estado. Essa falta de poder do Estado enfraquece notadamente o modo como este pode operar na esfera social.

O direito de propriedade privada constitui a base do poder econômico, mas, sob o sufrágio universal, os privilégios da propriedade privada são substituídos pelo poder correspondente a ‘uma pessoa um voto’, que constitui a base imediata do poder político. Sob essas condições, o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses. (HARVEY, 2005, p.86)

A intensa privatização decorrente do neoliberalismo mostra como as relações entre Estado e mercado se tornam mais escassas. Porém escondem como o Estado vem somente obedecendo ao mercado e a ordem social atual, perdendo a credibilidade antes existente em áreas onde tinha o monopólio e estas passando a atuar em função do mercado.

Para defender-se de seus maiores temores – o fascismo, o comunismo, o socialismo, o populismo autoritário e mesmo o regime da maioria –, os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não-democráticas e que não prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI) para tomar decisões essenciais. Isso cria o paradoxo das intensas intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de ‘especialistas’ num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista. [...] a competição internacional e a globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais. Se não der certo, o Estado em questão terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo. [...] A liberdade das massas teria de ser restringida em benefício das liberdades de poucos. (HARVEY, 2008, p.80)

Assim, o papel que o Estado neoliberal exerce se mostra contrário ao que deveria exercer. Este Estado tende a se mostrar mais propenso a ajudar na criação de um clima de negócios favorável, do que criar infraestruturas que ajudem no bem-estar da população.

Os Estados neoliberais tipicamente facilitam a difusão da influência das instituições financeiras por meio da desregulação, mas também é muito comum que garantam a todo o custo a integridade e a solvência de tais instituições. Esse compromisso deriva em parte (legitimamente em algumas versões da teoria neoliberal) de usarem o monetarismo como base da política estatal – a integridade

e solidez da moeda são um pilar central dessa política [...] O poder do Estado tem sido usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros [...] (HARVEY, 2008, p.83)

Este Estado atuante da política neoliberal, em defesa das finanças, dos bancos, dos ricos ante os pobres e dos países centrais ante os periféricos, se mostra incongruente ao que o neoliberalismo prega em sua teoria. Esta, segundo Przeworski (1996), seria que o próprio fato do Estado ser capaz de intervir já seria pior para os ganhos econômicos, portanto seria papel do mercado inibir todas as ações do Estado na economia. Porém, percebe-se que sem as ações estatais o mercado não conseguiria funcionar da maneira que funciona.

3. Globalização

A globalização econômica é um processo em curso, que se tornou possível por conta do regime neoliberal atual, ao mesmo tempo em que foi uma condição para a continuidade de tal regime.

Para Gonçalves (1998), a interação entre a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, o aumento da concorrência internacional e a integração dos sistemas econômicos nacionais, define o que é este processo.

A especificidade da globalização econômica do final do século XX consiste na simultaneidade dos processos de crescimento extraordinário dos fluxos internacionais, acirramento da concorrência no sistema internacional, e integração crescente entre os sistemas econômicos nacionais. E, ademais, este processo ocorre sem o contramovimento protecionista, intervencionista e regulador, que marcou, por exemplo, o final do século XIX. Esta especificidade é particularmente importante e, portanto, merece um nome específico -- globalização. (GONÇALVES, 1998, p.04)

A globalização ocorre mediante duas esferas econômicas: a financeira e a produtiva. Percebendo-se claramente uma preponderância da primeira com relação à segunda.

Nessa nova fase, a característica de maior significado para a dinâmica do sistema capitalista é a crescente importância da esfera financeira ante a produtiva [...] Dessa perspectiva, pode-se também constatar a ampliação da autonomia relativa da esfera da valorização da riqueza financeira *vis à vis* aquela da produção ou de geração da renda. (CARNEIRO, 2006,p.03)

O capital financeiro seria o capital a juros, que teria a sua remuneração estabelecida mediante processos político-jurídicos. Podendo este flutuar de acordo com preferências dadas pelos Estados-nações ou instituições internacionais (CARNEIRO, 2006).

A financeirização do capital ocorre junto ao esgotamento das normas adotadas no regime de Bretton Woods, em um momento onde as taxas de lucros das empresas tem uma grande queda e países passam por um grande período de estagnação econômica e inflação. Assim, o capital produtivo dos países centrais não se mostra mais tão lucrativo, ocorrendo, então, uma expansão geográfica (rumo a países da periferia) e uma expansão à esfera financeira.

O ponto central aqui é ver a globalização econômica como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global caracterizado pelas dificuldades de expansão da esfera produtiva-real das economias capitalistas maduras. Na realidade, neste ponto, a questão central refere-se ao menor potencial de crescimento dos mercados domésticos dos países desenvolvidos, ricos em capital. Isto é, trata-se do problema clássico de realização do capital. Como resultado, há um deslocamento de recursos da esfera produtiva-real para a esfera financeira e, portanto, um efeito de expansão dos mercados de capitais domésticos e internacional. Ademais, os países desenvolvidos colocam pressões crescentes no acesso aos mercados internacionais de bens e serviços como uma estratégia de saída para a crise doméstica de acumulação. (GONÇALVES, 1998, p.06)

Segundo Carneiro (2006), como as empresas tendem a mudar seus ativos para ativos financeiros, estes, sendo mais voláteis, dificultam a execução de investimentos com grande prazo de maturação, por conta dos altos riscos decorrentes desse tipo de investimento. Como esses investimentos de longo prazo são os mais ligados às inovações tecnológicas, muitas vezes – principalmente nos países

periféricos menos desenvolvidos – as áreas mais ligadas às inovações acabam estagnadas, por conta da soberania dos investimentos de curto prazo.

Com relação à globalização produtiva, o Investimento Direto Externo (IED) é o fator a ser observado, pois diferentemente do que acontecia no passado tais investimentos não ajudam numa diversificação e na aquisição de novas tecnologias, mas se mostram mais propensos à aquisição de ativos já existentes (CARNEIRO, 2006). Com isso, a inserção da periferia na globalização se mostra subordinada aos interesses dos capitais externos e refém de um processo que tende a não beneficiar o seu desenvolvimento.

[...] na globalização muda o perfil de concorrência e as empresas se deslocam em função do desmembramento de atividades (*global sourcing*) com preservação do *core business* nos países centrais. Segundo Dunning (1998), há uma distinção importante entre a inserção dos países periféricos e dos centrais nesse processo, conformando uma globalização assimétrica. Esta última se caracterizaria tanto por uma inserção seletiva ou concentrada, em termos de número de países, como por uma participação mais expressiva dos países periféricos nos segmentos da cadeia produtiva intensivos em recursos naturais e em trabalho. (CARNEIRO, 2006, p.22)

A fragilidade econômica de muitos países periféricos em desenvolvimento, muito por conta do endividamento externo, fez com que esses aceitassem o receituário neoliberal. Porém essa aceitação não foi uma escolha diante de muitas outras opções, mas uma imposição liderada por órgãos internacionais e a necessidade dos países centrais de expandir seus mercados. A não aceitação levaria a uma exclusão no sistema econômico atual e a aceitação levaria a perdão de dívidas, inclusão no sistema econômico globalizado e consequente atração de capitais para o país.

Deve-se ressaltar, aqui, o caso específico de vários países em desenvolvimento que, ainda em meados dos anos 90, defrontavam-se com as sequelas da crise do endividamento externo. Nesse caso a reorientação da estratégia e da política governamental -- na direção da liberalização cambial e da desregulamentação do movimento internacional de capitais – parece ser o resultado, principalmente, de uma restrição imposta pela fragilidade das contas externas (e da necessidade de atrair capital). A liberdade de escolha frente a opções políticas e ideológicas mais liberalizantes parece ter desempenhado um papel coadjuvante no processo de liberalização frente a força avassaladora e a gravidade da realidade econômica. (GONÇALVES, 1998, p.05)

Com a abertura econômica, países como o Brasil tiveram muito da sua estrutura produtiva comprada por agentes externos e a falência de muitas empresas, que não conseguiam competir com os capitais de fora. Assim, boa parte dessa estrutura ficou a mercê do capital financeiro e as suas flutuações, havendo, então, uma dependência muito grande da economia internacional.

Essa dependência externa leva países como o Brasil a se especializar em produtos primários e de baixa densidade tecnológica. Tal especialização não leva a melhoras no desenvolvimento econômico a longo prazo, pois faz com que os produtos brasileiros sejam pautados somente à exportação, não dinamizando o mercado interno que por sua vez fica cada vez mais dependente das importações.

Dentro dessa perspectiva, Carneiro (2006) faz uma distinção entre países periféricos onde a globalização financeira foi predominante e onde a produtiva foi predominante. Os financeirizados teriam modernizado seus setores tradicionais (para atender ao mercado externo), mas não diversificaram as suas estruturas produtivas, não conseguindo avançar em setores dependentes de tecnologia e de maior retorno financeiro, que estimulassem o mercado interno. Os países pautados pela acumulação produtivista, por sua vez, conseguiram diversificar as sua estrutura produtiva e dinamizar a sua competitividade, conseguindo superar a divisão internacional do trabalho, diferentemente dos países do primeiro grupo onde esta ainda é predominante.

O desenvolvimento suporia a criação de vantagens comparativas dinâmicas em contraposição às estáticas. Os casos de maior êxito seriam aqueles nos quais parte-se das vantagens estáticas por meio da participação nas cadeias globais de valor, inicialmente nos segmentos de maiores vantagens comparativas, intensivos em recursos naturais ou força de trabalho. Ao longo do tempo a construção de cadeias produtivas mais densas e a implantação de novos setores vão deslocando as vantagens comparativas para setores de maior complexidade tecnológica. Em simultâneo, o dinamismo inicial

muito concentrado nos mercados externos e nas exportações vai se transferindo para os mercados criados pelos encadeamentos da estrutura produtiva doméstica. (CARNEIRO, 2006, p.36)

Segundo Ianni (2010) a organização e dinâmica do sistema global, pautam-se de acordo com os interesses dos países centrais ou hegemônicos, tendem a centralizar e orientar os meios como os países menos desenvolvidos irão atuar, nunca deixando de perder de vista os seus interesses diante do mundo globalizado.

Note-se que ‘desvios’ destinados a provocar mudança social ou mesmo evolução sistêmica, podem ser ‘intencionalmente produzidos’. Na realidade, são principalmente as ‘elites’ dominantes (envolvendo indivíduos, grupos, classes, organizações governamentais, organizações bi e multilaterais, corporações nacionais e transnacionais) alguns dos principais ‘atores’ que concretamente agem de modo a produzir, orientar e dinamizar ‘desvios’ destinados a provocar mudança ou evolução.” (IANNI, 2010 p.90 – 91)

A soberania dos Estados-nações periféricos é muito limitada, pois esta dependerá muito das decisões tomadas pelos países centrais, assim a soberania periférica na globalização se torna praticamente nula (IANNI, 2010).

Percebe-se que o processo de globalização se torna muito desigual, beneficiando as economias centrais em detrimento das economias periféricas. Os países periféricos, em sua maioria ficam destinados a atender as demandas dos centrais e perdem a soberania sobre as suas ações que acabam comandadas pelos entes internacionais, as forças do capital e Estados centrais. Assim, o desenvolvimento da periferia esbarra nos interesses que os países centrais têm e ficam relegados a uma posição de subordinação no mundo globalizado.

4. Considerações Finais

É estreita a ligação entre o Estado neoliberal e a globalização. Um não conseguiria manter-se sem o outro. Assim, a dominação concedida pelo Estado às elites é feita em um escopo maior pelos Estados centrais com relação aos periféricos.

O papel do Estado em manter as relações de dominação é muito claro no receituário neoliberal. Apesar de em sua teoria este não poder intervir na economia, ele intervêm para dar mais liberdade para o capital de bancos e grandes empresas, privilegiando o capital em detrimento da população.

A globalização toma por base a financeirização, esta dita as regras de como os países periféricos irão se portar. Estes são induzidos a uma especialização em produtos primários voltados à exportação e não à produtos com maior valor agregado, que pudessem suprir a demanda do mercado interno. Assim, o mercado interno fica totalmente dependente das ações econômicas externas.

O Estado neoliberal corrobora para o funcionamento do sistema criado pela globalização. Quando ele auxilia empresas estrangeiras a se estabelecer em território nacional, quando não oferece subsídios aos empresários nacionais, quando deixa o capital externo entrar no país sem nenhum impedimento. Essa atuação do Estado se mostra muito mais próxima dos interesses externos que dos interesses próprios dos países menos desenvolvidos.

O Estado neoliberal, vigorante nos países periféricos, tem a função de dar continuidade à dominação consentida das classes mais abastadas e fazer valer a vontade das elites dominantes. As elites, principalmente a classe bancário-financeira, beneficiada pela financeirização do capital produtivo nacional, estimula os ensejos dos países centrais, para continuar em sua posição dominante, causando a baixa diversificação produtiva e a volta da preponderância primário-exportadora da periferia.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, R. Globalização e integração periférica, **Texto para Discussão**, IE/Unicamp, n. 126, 44 p., 2007.

GONÇALVES, R.. **Globalização econômica e vulnerabilidade externa**. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globalizacaoeconomica.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola, 2008.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MORAES, R.C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade, **Educ. Soc.**, v. 23, n. 80, p. 13-24, 2002.

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: nuevas reglas de juego?, **Revista Reforma y Democracia**, n. 9, 1997.

PRZEWORSKI, A. Nota sobre o Estado e o mercado. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 3, p.115-120, 1996.